



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

12 de setembro de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Alternativo Oton Lima					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

Transparente

O Ministério Público do Maranhão está entre as oito unidades do MP brasileiro que atingiram 100% na avaliação dos Portais de Transparência da instituição. Divulgado nessa terça pelo Conselho Nacional do Min. Público (CNMP), resultado é relativo ao primeiro quadrimestre de 2019.

Maranhão na liderança

Conhecido como "Transparentômetro", o ranking é liderado pelo Ministério Público do Maranhão juntamente com os do Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, além do MP Militar. Nosso estado se mantém em primeiro lugar desde 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Nedilson Machado					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	8	Gerada	Positiva

Direitos Humanos

Acontece até esta sexta-feira, 13, nas dependências do Hotel Luzeiros, na Ponta do Farol, a II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE). Na programação do evento, reuniões das comissões permanentes do GNDH, que enfocam temas como Saúde; Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso; Infância e Juventude; Direitos Humanos em Sentido Estrito; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Educação; entre outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Cidade					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

MPMA realiza seminário em defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência

LUCIENE VIEIRA

O Ministério Público do Maranhão realizou, na terça-feira (10), no auditório do Centro Cultural do MPMA, um seminário sobre os direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A assembleia foi organizada pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (CAOp-PIPD). Durante o evento, a coordenadora do CAOp-PIPD e promotora de Justiça, Gabriele Gadelha fez o lançamento da cartilha "Inclusive Você". Além disso, a subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gurgel, e os promotores de Justiça Hugo



Seminário realizado pelo MP discutiu os direitos das pessoas com deficiência e de idosos

Porto e Paulo Ramos ministraram palestras sobre os temas.

"Com este evento, quisemos, também, chamar a atenção da

sociedade civil e do poder público para as necessidades da educação bilingüe, e inclusão da pessoa surda", disse Gabriele Gadelha, ao informar que a maior dificuldade para a comunidade surda continua sendo a comunicação. Segundo Gabriele, o Ministério Público acrescentou na programação do evento de ontem, uma campanha que homenageia o Dia Mundial de Valorização de Libras, comemorado todo dia 10 de setembro. "A campanha fala o seguinte: 'mãos que falam, olhos que ouvem. O silêncio que rompe, a comunicação agradece'. É uma poesia da assistente social do MPMA, Selma Mesquita", informou a coordenadora do CAOp-PIPD.

GILSON FERREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Timon Criado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos no município

Foi criado no último dia 4, por meio da lei municipal nº 2177/2019, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) de Timon. O CIRA é uma força-tarefa permanente na recuperação de ativos e devolução de recursos sonogados, constituindo-se uma das medidas para o desenvolvimento de instituições eficazes e responsáveis no cenário nacional de queda da arrecadação fiscal.

A proposta de criação do Cira foi feita pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de Timon. A criação do comitê foi precedida por uma série de reuniões realizadas entre o promotor de justiça Giovanni Papini Cavalcanti Moreira e o prefeito, vereadores, secretários municipais e membros do Poder Judiciário.

Também estão acontecendo em Timon reuniões de mediação tributária desde 27 de maio deste ano. Esses encontros estão resultando acordos para pagamento de créditos fiscais. A iniciativa está prevista em Termos de Cooperação Técnica

firmados pela Procuradoria Geral de Justiça com o Poder Judiciário e o Município de Timon, conforme proposta da 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica

ATUAÇÃO

O Comitê incentiva o desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições que fazem parte de sua composição, respeitado o planejamento de cada uma delas. O grupo também propõe medidas técnicas, legais e administrativas com o objetivo de recuperar ativos suprimidos ou reduzidos em decorrência de ilícitos tributários, administrativos e penais.

O Cira deve incentivar a prevenção e repressão aos crimes contra a ordem tributária, com enfoque na recuperação de ativos na esfera municipal. Além disso, cabe ao Comitê propor medidas estratégicas e técnicas para o aprimoramento da legislação aplicável, bem como dos mecanismos administrativos, gerenciais e judiciais no âmbito de cada órgão e instituição que o integra.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Estado

DATA

12 / 09 / 2019

PÁG.

6

Improbidade

Ex-prefeito de Nova Olinda é condenado por atrasar salários de servidores

O ex-prefeito de Nova Olinda, Delmar Barros da Silveira Sobrinho, foi condenado por improbidade administrativa praticada durante seu mandato, entre os anos de 2013 e 2016. Conforme a sentença assinada pelo juiz João Paulo de Sousa Oliveira, titular de Santa Luzia do Paraíso e respondendo por Nova Olinda, o ex-gestor, de forma injustificada e deliberadamente, atrasou o pagamento dos servidores públicos do Município de Nova Olinda do Maranhão durante todo o mandato eletivo. A sentença o condenou à perda dos direitos políticos durante 05 (cinco) anos, bem como ao pagamento de multa civil no valor de 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração à época que exercia a função de Prefeito do Município de Nova Olinda do Maranhão, além de proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo prazo, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio.

A condenação é resultado de Ação por Ato de Improbidade Administrativa, com pedido cautelar de afastamento da função pública à época, proposta pelo Ministério Público em relação ao ex-prefeito do Município de Nova Olinda do Maranhão, em razão da prática reiterada de atos que afrontam os princípios da administração pública previstos no art. 11 da Lei nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). Narra a ação que o requerido, desde o ano de 2013, início do mandato de reeleição para o cargo de Prefeito, atrasou



DIVULGAÇÃO

O ex-prefeito Delmar Barros foi condenado por improbidade administrativa praticada durante sua gestão, entre 2013 e 2016.

reiteradamente os salários do funcionalismo público, sejam servidores efetivos ou contratados temporariamente, gerando enormes prejuízos à comunidade, pois os servidores dependem dos seus proventos para garantir as necessidades básicas, tais como alimentação, assistência médica, moradia, vestuário, etc., assim como o comércio local depende dos valores para a sua sustentabilidade.

INEFICIÊNCIA FUNCIONAL

O ato do Prefeito Delmar, de acordo com o MP, seria uma "grave ineficiência funcional e desídia no trato da coisa pública", levando ao ajuizamento de diversas ações no Poder Judiciário, tanto do Ministério Público quanto dos servidores públicos lesados, bem como a busca diária a atendimentos na sede do Ministério Público Estadual na busca de solução do conflito, por parte dos servidores públicos e entidades sindicais. Houve, à época, a formalização

de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o ente público e o órgão ministerial visando a regularizar os pagamentos do funcionalismo, também descumprido pelo Prefeito.

"Os atos de atrasar reiteradamente o salário do funcionalismo público por vários meses, sem qualquer justificativa, atenta contra os princípios da legalidade, moralidade, motivação e probidade administrativa, mormente por não haver notícia de que os repasses de verbas governamentais não estariam sendo realizados, o que revela a utilização dos recursos para outra finalidade", asseverou o MP, citando, ainda, perseguição a servidores municipais que procuram o órgão ministerial em busca de providências. A defesa do Prefeito pediu pela improcedência dos pedidos formulados pelo MP, alegando que o atraso no pagamento das verbas remuneratórias e não cumprimento do disposto no TAC decorreram da impossibilidade gerada com o bloqueio de verbas do Fundeb ordenado nos autos das ações civis públicas ajuizadas na comarca.

"Em breve consulta, extrai-se que o Ministério Público Estadual juntou facta documentação a comprovar os fatos citados no processo, isto é, as inúmeras reclamações recebidas na sede da Promotoria de Justiça acerca dos episódios frequentes de atraso de verbas salariais dos servidores públicos, efetivos e

contratados, que, por não terem sido solucionados no âmbito administrativo, desdobrou-se em litígios judiciais para elucidação (...) Ademais, é fato público e notório que durante toda a gestão pública do requerido, isto é, durante o quadriênio de 2013/2016, diversas ações privadas de cobrança de verbas salariais (férias integrais; férias proporcionais; 13º salário, etc.) promovidas por servidores foram distribuídas na Comarca e julgadas procedentes após regular tramite processual, não havendo dúvidas quanto a conduta omissiva reiterada do réu e atentatória aos princípios norteadores da administração pública", argumentou o juiz na sentença.

E continua: "Frise-se ainda que, tanto na defesa quanto no depoimento pessoal realizado em audiência de instrução, o requerido não nega os sobreditos fatos, tena, apenas, justificar os seus atos omissivos, ora afirmando que houve redução substancial dos repasses de verbas governamentais ao ente municipalidade, impactando sobremaneira a manutenção dos serviços nas áreas de saúde e educação, ora atribuindo a desídia à impossibilidade de realizar pagamentos em dia com a efetivação de bloqueio nas contas públicas por decisões judiciais (...) O certo é que, em verdade, as justificativas apresentadas não se sustentam, uma vez que deixou o requerido de demonstrar por qualquer elemento de prova as reduções de repasses de verbas governamentais, não passando, portanto, de infundadas alegações".

Para a justiça, não há outra conclusão com relação a tese de impossibilidade gerada com as decisões judiciais de bloqueio de contas públicas para o pagamento de verbas remuneratórias dos servidores. "Uma vez que não foram os bloqueios que inviabilizaram os pagamentos regulares, e sim o inadimplemento/atraso que culminou na propositura de ações públicas e privadas de cobrança, da qual fora necessária a adoção de medida forçada para satisfação de um crédito, em caráter cautelar ou definitivo (...) E mais, no quadriênio, utilizou-se de medidas coercitivas de transferência de lotação dos servidores que denunciavam os fatos ao órgão ministerial, sem a devida expedição de portaria e mediante comunicações verbais, conforme confirmado por testemunhas", entendeu o magistrado, citando decisões de outros tribunais e julgando pela procedência do pedido.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

12 / 09 / 2019

PÁG.

5

Fora da Rua Grande, ambulantes aguardam um espaço adequado

Trabalhadores do mercado informal acumulam prejuízos desde que foram remanejados da principal via do comércio de São Luís; situação divide opiniões entre a população, e vendedores buscam alternativas com a Prefeitura

A realocação dos vendedores ambulantes que antes atuavam na Rua Grande - no centro de São Luís - para as vias transversais foi uma das medidas adotadas após a requalificação da área, prestes a ser inaugurada. A decisão, tomada em acordo entre a Prefeitura de São Luís, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de reforma da Rua Grande, cujas obras devem ser concluídas até o fim deste mês. De acordo com o Município, a inclusão dos vendedores no shopping popular faz parte do projeto macro do Complexo Deodoro que inclui intervenções na Rua Grande e adjacências. Em relação à principal via comercial da cidade, foram aplicados R\$ 31 milhões oriundos do PAC Cidades Históricas. Segundo a Prefeitura, no local, os trabalhadores terão - além de espaço padrão - barracas com dimensão única. Dos recursos do PAC na Rua Grande, R\$ 6 milhões foram aplicados ainda no fim do ano passado. Além de readequação do piso para pedestres, as obras também contemplaram a inclusão das redes subterrâneas de eletricidade, drenagem profunda e esgotamento sanitário.

Um cenário diferente é facilmente percebido por quem caminha pela nova Rua Grande, agora revitalizada, sem feição exposta ou mesmo aglomeração de comércio informal em sua extensão. Para garantir a estética do local, entretanto, os vendedores ambulantes têm sido prejudicados, uma vez que, agora com as barracas localizadas nas ruas transversais, o fluxo de consumidores tem reduzido significativamente e, como consequência, as vendas, conforme esclareceu José de Ribamar Ferreira, presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Luís.

"Os ambulantes não concordaram com as alterações, porém entenderam que deveria ser liberada a rua para a inauguração. Essa modificação impactou negativamente no setor, pois todos que foram remanejados estão registrando prejuízos, vendendo praticamente nada. Alguns vendedores relatam que para voltar no dia seguinte precisam pedir passagem para o colega que, por ventura, conseguiu vender alguma coisa", declarou.

Para garantir que não sejam instaladas bancas do comércio informal na Rua Grande, fiscais da Prefeitura percorrem a via diariamente. Os ambulantes podem comercializar na via somente se levarem os produtos nas mãos, o que é uma alternativa usada por muitos, para conseguir vender alguma coisa, uma vez que nas transversais a movimentação é quase nula.

Opiniões

O tema divide opiniões entre a população e gera insatisfação de alguns frequentadores da principal via de comércio a céu aberto da capital. "Como cidadã, eu fico muito feliz que tenham enxergado a necessidade de requalificar a Rua Grande. Agora, a gente tem um espaço ainda mais atrativo, melhor. Mas como alguém que tem família, e contas para pagar, entendo que seja

RETIRADA

A retirada dos vendedores do logradouro foi determinada para garantir a originalidade no projeto executado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de reforma da Rua Grande, cujas obras devem ser concluídas até o fim deste mês. De acordo com o Município, a inclusão dos vendedores no shopping popular faz parte do projeto macro do Complexo Deodoro que inclui intervenções na Rua Grande e adjacências. Em relação à principal via comercial da cidade, foram aplicados R\$ 31 milhões oriundos do PAC Cidades Históricas. Segundo a Prefeitura, no local, os trabalhadores terão - além de espaço padrão - barracas com dimensão única. Dos recursos do PAC na Rua Grande, R\$ 6 milhões foram aplicados ainda no fim do ano passado. Além de readequação do piso para pedestres, as obras também contemplaram a inclusão das redes subterrâneas de eletricidade, drenagem profunda e esgotamento sanitário.

Tema divide opiniões entre a população

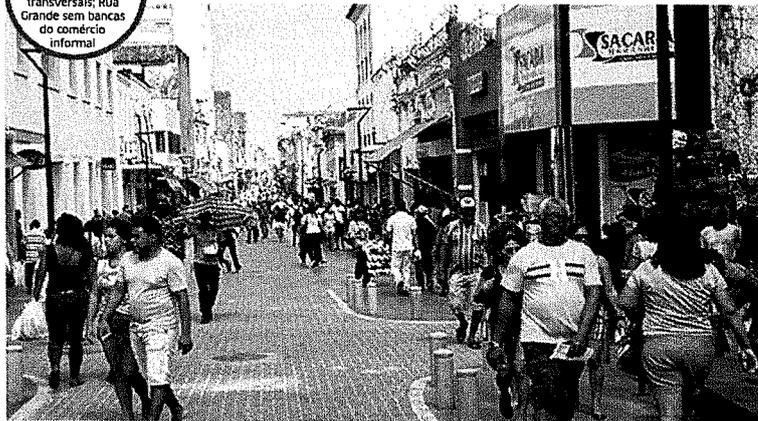
muito complicado para quem tirava o sustento daqui e já se prejudicaram tanto durante o período de obras", lamentou a artesã Astrid Veras.

Posicionamento diferente do engenheiro Henrique Barreto, que defende a readaptação dos ambulantes às mudanças vindas com a requalificação da Rua Grande. "Eu acho positivo, a obra trouxe melhorias pra região e está atraindo mais vendas para os varejistas da área que, por sua vez, geram empregos. Os ambulantes precisam buscar alternativas para suprir essa diminuição das vendas, o mercado é assim", opinou.

Para solucionar o impasse e atender tanto às necessidades do comércio informal quanto às exigências para a manutenção dos serviços realizados na área, a



AMBULANTES reclamam que vendas caíram drasticamente nas transversais; Rua Grande sem bancas do comércio informal



saída adotada pela Prefeitura de São Luís foi oferecer um espaço adequado para a atuação dos ambulantes. A alternativa foi apresentada à categoria durante reuniões realizadas em julho deste ano.

O projeto do Shopping do Comércio Informal conta com nove lojas âncoras, 987 boxes e 270 vagas de estacionamentos. O espaço será construído próximo ao Ginásio Costa Rodrigues, no Centro, custeado por meio de Parceria Público-Privada (PPP), com contrapartida da Prefeitura de São Luís.

A solução agrada aos trabalhadores do comércio ambulante da Rua Grande, no entanto, segundo o presidente do sindicato que representa a categoria, é preciso que o local ofereça outras alternativas para garantir a movimentação de consumidores. "O shopping é a alternativa ideal desde que seja feito com todas as adaptações devidas, localização, terminal de ônibus no local, caixas eletrônicas, casa lotérica, praça de alimentação e outros recursos que chamem a população. Enquanto isso, estamos buscando o diálogo para tentar o retor-

no para a Rua Grande com barracas padronizadas, até que o espaço prometido seja construído e entregue", afirmou Ferreira.

O Estado procurou a Prefeitura de São Luís para se posicionar acerca dos assuntos expostos na reportagem, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno. ■

Foto: Bnei Marani



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA 12 / 09 / 2019

PÁG. 3

Oposição denuncia demissão em massa e sucateamento nas UPAs

Adriano Sarney e César Pires alertaram sobre graves problemas nas unidades de saúde e cobraram explicações sobre demissões de mais de 100 funcionários

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa do Maranhão denunciou na sessão de ontem a demissão em massa de funcionários do setor de saúde do Estado e o sucateamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da capital e de municípios do interior.

Adriano Sarney e César Pires, ambos do Partido Verde (PV), demonstraram preocupação com a situação das unidades de saúde e da deficiência no atendimento ao paciente nas UPAs.

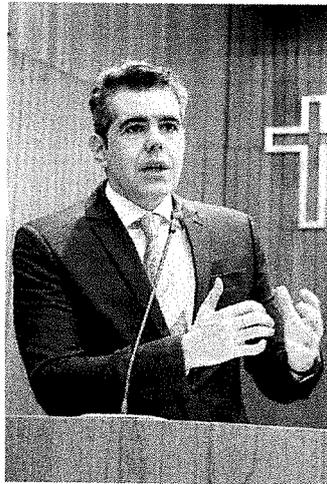
Adriano afirmou que participou de uma reunião na Secretaria de Estado da Saúde (SES) na última segunda-feira, 9, para tratar da demissão de funcionários e cobrou respostas do Executivo. De acordo com ele, mais de 128 profissionais de São Luís e de municípios do interior, entre eles motoristas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, foram demitidos, sem qualquer justificativa.

Alerta

"Não é a primeira vez que eu subo nesta tribuna para relatar o descaso com a saúde no estado do Maranhão. Então, nós temos aqui, na UPA da Vila Luízão, mais de 10 funcionários demitidos; na UPA do Itaqui/Bacanga, mais de 30 funcionários e servidores demitidos, e muitos deles sem ao menos terem acesso ao que lhes é de direito, o FGTS e as férias. Mais de 100 demitidos nas UPAs do interior do estado, um verdadeiro descaso, um verdadeiro absurdo com a saúde pública", disse.

Adriano também falou sobre o sucateamento nas unidades e a queda na qualidade do atendimento das UPAs.

"Nunca o estado do Maranhão passou por uma crise maior na saúde do que está passando agora. Antes, nós íamos às UPAs e pre-



Os deputados Adriano Sarney e César Pires afirmaram que as UPAs no Maranhão estão sucateadas

Agência Assembleia

SAIBA MAIS

Sem posicionamento

O Estado entrou em contato com o Governo do Maranhão para obter uma resposta sobre a demissão

de servidores da Saúde, mas até o fechamento desta edição não houve respostas.

feríamos até mesmo as UPAs às clínicas privadas, aos hospitais privados, porque ali havia atendimento de primeira, havia remédios, havia estrutura, era limpo, era bem-feito, mas hoje, quando nós vamos às UPAs de São Luís, vemos um verdadeiro descaso. Agora, infelizmente, mais essa triste informação de cerca de 130 profissionais sendo demitidos das UPAs do Estado do Maranhão. Um verdadeiro absurdo. Vamos continuar cobrando", completou.

Municipalização

César Pires também criticou a ges-

tão da Saúde no Estado e falou da municipalização das UPAs construídas pelo governo que antecedeu Flávio Dino (PCdoB).

"Na questão da saúde, aqui eu não quero também culpar o nosso querido secretário [Carlos] Lula, mas é onde reside e abriga o maior celeiro de incompetência do Estado do Maranhão. UPA de Codó está sendo remetida ao Poder Municipal, para depois não passar nenhum centavo e com um fracasso anunciado, de igual modo também a de Coroatá. Caminha esse mesmo rumo da municipalização a de Lago do Rodrigues, a de

Morros, a de Paulino Neves, que depois entrega às ambições dos prefeitos e não dá a contrapartida do estado. Volto a dizer, é um fracasso anunciado, simplesmente, para tirar dos seus ombros a responsabilidade na saúde que ele não tem", disse.

Pires afirmou que o desmonte da estrutura das UPAs prejudica o atendimento à população.

"Agora, é um desmonte dado ao seu fracasso abissal, um dos mais profundos, ausência de ajuste fiscal, que nós vivenciamos no Maranhão nos últimos tempos. Incompetência de gestão pura. Senhor governador está mexendo com seres humanos, com UPAs fechadas, destruídas, com a ausência de trabalho, não pagamento de médicos, não tendo insumos para poder trabalhar o paciente, não tendo leitos adequados, mas tem recursos para poder pagar pedagogo de R\$ 40 mil, mas não tem para pagar os funcionários que são demitidos", disse Pires. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Cidades				
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	6	

Operação da PF e Exército fecha serrarias e apreende madeira

Durante toda a terça-feira, 10, foram apreendidos equipamentos e cerca de 500m³ de madeira, em toras e serrada, em área indígena do Alto Turi, a maior do Maranhão

A Polícia Federal (PF), Exército e outros órgãos continuam na região do Alto Turi, em uma área indígena do Maranhão, com o intuito de combater o desmatamento e a extração ilegal de madeira e os garimpos ilegais. Nesta terça-feira, 10, as equipes interditaram três serrarias e apreenderam caminhões e cerca de 500m³ de madeira. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também participa das incursões.

O 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) informou que os militares estão na região em atuação na "Operação Verde Brasil", enquanto a PF está realizando a segunda fase da "Operação Ka'apor". Após ações na Terra Indígena (TI) Alto Turi, considerada a maior do Maranhão, a PF colheu provas testemunhais e materiais em um local conhecido, popularmente, como "garimpo do Alex", a fim de instaurar um inquérito de usuração de produtos minerais.

Durante as abordagens, o Ibama, em conjunto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), aplicou multas na área e embargou o local, segundo o 24º BIS. Com relação à extração ilegal de madeira, foram fechadas três serrarias e dois caminhões utilizados pelos madeireiros foram apreendidos pelas equipes. Além de diversos equipa-



Exército e Polícia Federal realizam a operação Verde Brasil e segunda fase da Operação Ka'apor, respectivamente

mentos e aproximadamente 500m³ de madeira, em forma serrada e em toras.

Operação Ka'apor

Também sobre as incursões, a Polícia Federal comunicou que a "Operação Ka'apor" foi realizada na localidade Nova Conquista, no município de Zé Doca, durante toda a terça-feira. "Com participação de aproximadamente 50 pessoas, dentre servidores públicos federais e militares, foram interditadas três serrarias de grande porte, com a apreensão de mais de 500

metros cúbicos de madeira, além da apreensão de dois caminhões novos que estavam carregados de madeira, e de diversos equipamentos destinados ao beneficiamento de madeira criminosamente furtada do interior da terra indígena Awá", informou a PF em nota.

A PF frisou que o proprietário da maior serraria da região foi identificado, sendo que é contumaz infrator da legislação ambiental, tendo sido já autuado pelo Ibama e descumprido diversos embargos judiciais. Ele será indi-

ciado pela Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph/PP).

Terra Indígena

A Terra Indígena Alto Turi está localizada na Amazônia Legal, no noroeste do estado do Maranhão. É a maior área contígua de floresta do estado, aliada à Rebio Gurupi e à TI Awá. São três os povos indígenas que compartilham a área desta TI: os Awá-Guajá, um dos últimos povos colhedores-çadores conhecidos; os Ka'apor e os Tembé.

Depois do aumento da fiscalização do desmatamento no Pará, em 2008, a pressão sobre as áreas de floresta no Maranhão tem aumentado. Apesar de a maior parte da mata nativa ter sido destruída, a extração de madeira segue expressiva e ilegal. Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura do IBGE mostra que, em 2011, o Maranhão produziu 174.073 metros cúbicos, dos quais 26% saíram justamente dos 13 municípios vizinhos às terras indígenas.

A cobiça pela madeira tem destruído o território natural dos povos indígenas do Maranhão e

clusive, índios isolados.

Os Guajá constituem um dos últimos povos caçadores e coletores no Brasil. Além dos aldeados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), um indeterminado número de Guajá vive na floresta, sem contato permanente com a sociedade regional.

Os Ka'apor surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou, nos séculos de 1870, do Pará, por meio do rio Gurupi, ao Maranhão. Quando as autoridades brasileiras tentaram pacificá-los pela primeira vez, em 1911, os Ka'apor eram considerados um dos povos nativos mais hostis no país. Tal pacificação se iniciou em 1920 e durou quase 70 anos.

Já os Tembé têm sido obrigados a conviver com centenas de famílias de posseiros em suas terras e sofrem os efeitos da atuação irregular de madeireiros, fazendeiros e empresários. Entretanto, longe de conformar-se com essa situação, esse povo tem lutado pela desocupação de seu território e reivindicado seus direitos junto aos órgãos públicos e poderes locais.

Os três povos que compartilham a TI Alto Turi sofrem ameaças há anos com a extração ilegal de madeira e desmatamento para implantação de monoculturas e criação de gado. Há informações de que, desde fins da década de 1980, a área tem sido devastada por madeireiros, cedendo lugar para pastagens e povoados clandestinos. ●

Proprietário da maior serraria da região foi identificado

ameaçado a vida dos Ka'apor, Awá-Guajá e Tembé. A Terra Indígena (TI) Alto Turi é a maior do estado do Maranhão e está localizada no noroeste do Estado, integrando a área da Amazônia Legal. Encontra-se regularizada, com homologação pelo Decreto n. 88.002 de 1982, registrada no cartório de registro de imóveis e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Ela faz fronteira com a APA Gurupi e com a TI Alto Rio Guamá (PA), ao Norte, e com a TI Awá, ao Sul.

Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), a TI possui área de cerca de 530.500 hectares, com população de aproximadamente 1.352 indivíduos, de três povos indígenas diferentes que compartilham a área: Guajá, Ka'apor e Tembé. Dentre eles existem, in-



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Geral			
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	11

MA: mais de 1/3 dos docentes já foi agredido por alunos

Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam, ainda, que quase 60% dos estudantes, no estado, já sofreram agressões verbais ou físicas cometidas por colegas; levantamento trata de consumo de álcool por alunos

DANIEL MATOS
Coordenador de Reportagem

A 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, conjunto de estatísticas produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, expõe um cenário preocupante sobre a violência nas escolas do Maranhão. Os casos vão desde o acesso de pessoas estranhas ao ambiente escolar à presença de alunos alcoolizados e armados em salas de aula. Os números, referentes a 2017, também apontam que mais de um terço dos professores e outros funcionários do sistema educacional já foi vítima de agressões verbais ou físicas cometidas por estudantes.

Um dos dados divulgados refere-se ao controle do acesso de pessoas estranhas nas escolas. Conforme percepção dos avaliadores da Prova Brasil - avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de aferir a qualidade do ensino - em relação à segurança dos colégios e dos alunos, a soma dos que consideram regular, ruim, inexistente e dos que não responderam à pergunta sobre o tema chegou a 1.200, ou 30,2% do total de respostas. Já aqueles que avaliaram como bom o controle da entrada de estranhos às escolas totalizaram 2.964, o que representa uma taxa de 69,8%.



Anuário Brasileiro de Segurança Pública expõe um cenário preocupante sobre a violência nas escolas do MA

Outro quesito avaliado foi a iluminação fora da escola. Nesse aspecto, o número de respostas negativas superou com larga e assustadora vantagem a quantidade de sinalizações positivas. Enquanto 1.556 avaliadores pesquisados (36,7% do universo total) responderam que os arredores das escolas são bem iluminados, 1.279 (30,1%) afirmaram que esse aspecto é apenas regular e 836 (19,7%) disseram que a iluminação é ruim. Outros 444 (10,5%) informaram que fora das suas escolas a iluminação simplesmente não existe e 129 (3%) não responderam.

Agressões

O número de casos de agressões verbais ou físicas a professores e a outros funcionários das escolas do Maranhão reflete um quadro alarmante. Segundo informações fornecidas por diretores, mais de 1/3 (um terço) dos docentes e demais servidores das unidades de ensino já foram vítimas desse tipo de ocorrência. Ao todo, 1.573 gestores confirmaram o registro de ocorrência nas escolas que dirigem, o que corresponde a 37,1% do total. Os que informaram nunca ter havido agressões somaram 2.540 (59,6%). Outros 131 (3,1%)

não responderam.

O anuário trouxe, ainda, dados sobre agressões verbais ou físicas cometidas por alunos contra outros alunos. Nesse caso específico, a estatística mostra uma situação ainda mais grave, pois nada menos do que 59,3% dos diretores (2.510) responderam afirmativamente ao serem indagados se em suas respectivas escolas estudantes haviam sido agredidos por colegas com palavras ou fisicamente. Um total de 1.604 (37,8%) responderam não. Outros 122 (2,9%) não emitiram resposta.

NÚMEROS

30,2%
consideram regular, ruim ou inexistente o controle do acesso de estranhos às escolas

37,1%
dos diretores relataram agressões cometidas por estudantes a professores e outros servidores das escolas

14,3%
responderam afirmativamente sobre a presença de alunos sob o efeito de drogas nas unidades de ensino

Alcool, drogas e armas

A presença de alunos sob o efeito de álcool nas unidades de ensino do Maranhão também foi quantificada no levantamento. Nada menos do que 593 diretores responderam sim, número que corresponde a 14% do total de gestores escolares pesquisados. A grande maioria 3.525 (83,1%) respondeu não. Outros 126 (3%) não responderam.

Quanto à frequência de estudantes nas escolas sob o efeito de drogas, 609 diretores responderam afirmativamente, o que em termos percentuais equivale a 14,3%. As respostas negativas somaram 3.508 (82,7%) e os que não responderam totalizaram 127 (3%).

O anuário contabilizou, ainda, o número de alunos flagrados portando armas nas escolas maranhenses. Um total de 568 gestores (13,4%) afirmou que em suas escolas haviam sido identificados alunos em posse de armas bran-

70,3%
acham que a iluminação nos arredores das escolas é regular, ruim ou não existe

14%
dos diretores informaram ter flagrado alunos sob efeito de bebidas alcoólicas nas escolas

13,4%
confirmaram a frequência de estudantes portando armas brancas nas escolas

cas. A maioria, no entanto, respondeu negativamente. Percentualmente, 83,7% disseram que não. Em números absolutos, o total foi 3.551. Outros 125 (2,9%) não responderam.

A estatística também inclui dados sobre a presença de armas de fogo em escolas no Maranhão. Nada menos do que 104 diretores (2,5%) relataram esse tipo de ocorrência. As respostas negativas somaram 4.017 (94,7%). Os que não responderam totalizaram 123 (2,9%).

O 13º Anuário Brasileiro da Segurança Pública apresenta, ainda, informações sobre atentados, ameaças, furtos (sem uso de violência), roubos (com uso de violência) cometidos contra diretores e professores em escolas no estado. Em todos os casos, o número de vítimas contabilizadas alerta para a necessidade de uma intervenção urgente do sistema educacional e das forças de segurança pública. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	10

Latrocínios, homicídios e feminicídios marcam o interior do Maranhão

Em menos de uma semana, a polícia registrou vários crimes bárbaros em cidade como Maranhãozinho, Imperatriz, Brejo, Vitória do Mearim e Bequimão

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A violência predomina no interior do estado. Em menos de 48 horas, a polícia registrou dois casos de latrocínio em Imperatriz. Nesse município, somente este ano, 69 pessoas já foram assassinadas a golpes de faca ou a tiros. Também ocorreu, na tarde de terça-feira, 10, uma tentativa de latrocínio no município de Brejo, um caso de tentativa de feminicídio na zona rural de Vitória do Mearim e um crime de feminicídio na cidade de Bequimão, na segunda-feira. Neste dia, o empresário Klênio Cunha foi executado na cidade de Maranhãozinho. O crime, segundo a polícia, está sendo investigado com pistoleiro.

O corpo de Edileuza Sousa Silva, de 58 anos, uma das vítimas de latrocínio em Imperatriz, foi liberado do Instituto Médico Legal da cidade na manhã de ontem. A polícia informou que o crime ocorreu na noite de terça-feira, 10, praticado por uma dupla que portava uma arma de fogo e invadiu a residência da vítima, na Vila Redenção II, com o objetivo de roubar.

Edileuza reagiu ao assalto e se recusou a entregar o celular e acabou baleada no pescoço. Os criminosos fugiram levando o aparelho telefônico, entre outros objetos de valor. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado, mas ao chegar ao local já encontrou a mulher morta. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoas (DHPP), sob a coordenação do delegado Praxístes Martins.

Morte de pastor

A polícia de Imperatriz também está



Pastor Jorge Antônio Magalhães, vítima de latrocínio em Imperatriz

investigando a morte do pastor evangélico Jorge Antônio Magalhães, de 50 anos. O crime ocorreu na madrugada de segunda-feira, 9, no Novo Imperatriz. A vítima foi espancada pelos criminosos e ainda teve a sua bicicleta roubada.

De acordo com a DHPP, um morador de rua, ainda não identificado, pode estar envolvido no crime. A polícia ainda ontem buscava imagens de câmeras de videomonitoramento instaladas nas proximidades do local do crime para tentar investigar o criminoso.

Mais latrocínio

No povoado São Miguel, zona rural de Brejo, ocorreu uma tentativa de latrocínio na tarde de terça-feira. José Vieira de Carvalho e José de Lima Guimarães foram baleados por dois criminosos durante um assalto e, logo após, levados para o hospital da cidade, onde se encontra internado.

A dupla fugiu em um veículo Siena branco, com as placas cobertas por adesivo. Guarnições da Polícia Militar foram acionadas e realizaram rondas

pela localidade e, no começo da noite, o Siena foi encontrado em uma área de matagal, abandonado. O veículo foi levado para a delegacia do município.

Feminicídio

Outro ato bárbaro no interior foi registrado ontem, no povoado Coque, em Vitória do Mearim. José Luís Saraiva, de 58 anos, devido a não aceitar o fim do relacionamento, desferiu vários golpes de martelo na cabeça da sua companheira, Daniele Soares Sousa, de 20 anos.

A vítima foi socorrida e levada para o hospital da cidade com várias fraturas na cabeça, desconhecida. Devido a gravidade dos ferimentos, foi transferida para um hospital da capital. Ainda ontem, ela passou por tratamento cirúrgico e corre risco de morte. Quanto ao acusado, após o crime, recorre ao suicídio. O corpo dele foi encontrado em um barraco.

Outro crime de feminicídio ocorreu na segunda-feira, 9, e a vítima foi Leidilene Cantanhede Ferreira, morta a golpes de faca, segundo a polícia, desferidos por seu ex-companheiro, Du-

noso deixou o presídio após ser beneficiado com a saída temporária do Dia das Mães, em maio deste ano, mas não retornou no prazo estabelecido pelo Poder Judiciário. Ontem, ele foi preso em cumprimento de uma ordem judicial e apresentado na delegacia de Polícia Civil de Bequimão.

Ainda no município de Bequimão foi preso ontem, Marcelino Alves Pedrosa, de 50 anos, acusado de ter vio-

Foragido de Pinheiro é preso em Bequimão

Jefferson Ferreira havia sido na temporária do Dias das Mães e vinha praticando assaltos

O foragido da Unidade Prisional de Pinheiro, Jefferson Ferreira Pereira, de 26 anos, foi recapturado ontem na cidade de Bequimão. Há informa-

ções de que ele estava praticando assaltos e comercializando drogas na Baixada Maranhense.

A polícia informou que o crimi-

ENTENDA

Crimes no interior do Maranhão

Maranhãozinho: Executado o empresário Klênio Cunha;

Vitória do Mearim: José Luís Saraiva desferiu vários golpes de martelo na cabeça da companheira Daniele Sousa e logo depois recorre ao suicídio;

Brejo: José Vieira de Carvalho e José de Lima Guimarães foram baleados durante assalto;

Imperatriz: Dois casos de latrocínio; as vítimas foram Edileuza Sousa Silva e Jorge Antônio Magalhães

Bequimão: Caso de feminicídio, que teve como vítima Leidilene Cantanhede Ferreira

latrocínio do Espírito Santo Pereira. O fato ocorreu na cidade de Bequimão.

Execução

A polícia, ainda ontem, não havia conseguido localizar os acusados de terem executado o empresário Klênio Cunha. A vítima, que havia participado de uma vaquejada em Maranhãozinho, levou vários tiros quando dormia dentro de um veículo, na madrugada da última segunda-feira.

A polícia informou que três tiros atingiram a cabeça do empresário que era proprietário da Leite Móveis, em Governador Nereu Freire, e ainda tinha outros empreendimentos, nas cidades de Maracá, Curupé e na região do Gurupi. O corpo foi removido para o hospital da cidade para a autópsia. ●

Caso do Jaracati: prisão de motorista já está decretada

Victor Yan de Araújo, condutor do veículo, será levado para Pedrinhas quando deixar o hospital

A polícia afirmou ontem que Victor Yan Barros de Araújo, de 25 anos, logo que receber alta médica, vai ser encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele era o condutor do veículo Corolla branco, de placas PMG-5258, que ocasionou a morte de quatro pessoas e deixou cinco feridas graves, no bairro do Jaracati, no último domingo. O inquérito policial deve ser encaminhado à Justiça em 10 dias.

Os mortos foram Carla Correa Diriz, auxiliar de agente penitenciário; Henrique Martins Durans Neto, Maurício Andrey Soares e Tiana Naid Alves Correa. O superintendente da Polícia Civil da Capital, delegado Carlos Alessandro de Assis, declarou que esse caso está sendo investigado pela Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT), sob a coordenação da delegada Rosa Nava.

O delegado informou que o Poder Judiciário expediu a ordem de prisão preventiva em desfavor de Victor Yan Barros, que ainda ontem estava internado em um hospital particular da capital sob a vigilância de profissionais da área do sistema prisional. Ele, que foi autuado pelo crime de homicídio culposo (quando não há a intenção de matar), logo que receber alta médica vai ser levado para a unidade prisional.

Ainda segundo o delegado, várias testemunhas serão ouvidas na DAT, ainda esta semana. Há um termo lavrado por policiais militares atestando que o acusado esta-



Victor Yan Barros conduzia veículo envolvido em acidente

va sob efeito de bebida alcoólica no momento do acidente e conduzia o veículo acima da velocidade permitida para essa via. A polícia também vai analisar as imagens das câmeras. "Uma equipe da DAT está trabalhando no caso e o inquérito policial tem prazo de 10 dias para ser encaminhado ao Poder Judiciário", comentou Carlos Alessandro de Assis. Acidente

Victor Yan Barros perdeu o controle do veículo nas proximidades da cabeceira da Ponte Bandeira Tribuzi, no Jaracati, que capotou no meio da via, colidiu em duas motocicletas e caiu em cima de um grupo de pessoas que estava participando de uma festa. ●

Integra em estados.com/472447

Traficantes presos com 15 kg de crack

Droga procedente de Mato Grosso seria distribuída em bocas de fumo da Região Metropolitana de São Luís

Quinze quilos de crack foram apreendidos, e os traficantes Duellinton Pereira Viano, de 34 anos; David William Sales Braga, de 23 anos, e Shirley do Socorro Lobato Nobres, de 33 anos, foram presos por policiais da Superintendência de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). A droga era procedente do Mato Grosso e seria distribuída nas bocas de fumo da Grande Ilha.

O delegado Breno Caldino, superintendente da Senarc, declarou que a polícia vinha monitorando esses criminosos e na madrugada de ontem abordou Duellinton Pereira em um ônibus interestadual, na cidade de Igarapé do Meio.

Foi encontrado um cinturão com 3 kg de pasta base de crack enrolado no corpo do traficante. Na rodoviária da capital, os policiais prenderam David Sales, que aguardava o seu comparsa. As diligências continuaram e em um depósito, no Tambaú, em Paço do Lumiar, alugado por Shirley do Socorro, foi encontrado o restante da droga.

Polícia encontrou enterrado em um buraco no quintal do depósito, 12 kg de crack. Shirley do Socorro foi presa no bairro da Cuhah. Os três criminosos foram levados para a sede da Senarc, no Bairro de Fátima, onde tomaram atitudes. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	9		

TRAGÉDIA DO JARACATI

Justiça decreta prisão preventiva de motorista



FOTO: O IMPARCIAL.COM.BR

ACIDENTE MATOU QUATRO PESSOAS E DEIXOU CINCO FERIDAS

MANUELA VIEIRA

A Justiça do Maranhão converteu em prisão preventiva a prisão em flagrante de Victor Yan Barros de Araújo. Ele, que dirigia o Toyota Corolla, de cor branca, que causou tragédia no Jaracati, irá responder por lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e homicídio culposo (quando não há intenção de matar). Cabe lembrar que Victor Yan segue hospitalizado em um hospital particular da capital.

Segundo informações da delegada da Delegacia de Acidente de Trânsito (DAT), Rosa Maria Nava, duas testemunhas já foram ouvidas e o caso continua sendo investigado.

A Justiça determinou que sua alta seja informada a fim de que seja agendado o seu depoimento.

A delegada da DAT ainda informou que Victor Yan se recusou a realizar o teste do bafômetro e exames de sangue, mas um termo lavrado comprova que o mesmo apresentava sintomas de embriaguez ao volante.

Informações dão conta de que o motorista estava a 100 km/h, sendo que a permitida na via era somente de 60 km/h.

A causa do acidente foi a perda do controle da direção, aliada à velocidade excessiva em que o veículo trafegava na Avenida Carlos Cunha, no Jaracati, no último domingo (8), o que ocasionou a morte de quatro pessoas e pelo menos cinco ficaram feridas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Capa					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	1		



"Cavalinhos do Fantástico" apreendidos com drogas - A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), prendeu, na rotatória do bairro Olho d'Água, Adilson de Jesus Góis, na prática de venda de entorpecentes. A denúncia revelava que Adilson traficava entorpecentes no local onde realizava o comércio de camisas, bonecos e bandeiras de clubes de futebol. PÁGINA 10



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	10

OLHO D'ÁGUA

'Cavalinhos do Fantástico' com drogas

FOTOS: POLÍCIA CIVIL



OS 'CAVALINHOS DO FANTÁSTICOS' FORAM APREENDIDOS COM ADILSON DE JESUS NO OLHO D'ÁGUA

A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), prendeu, na rotatória do bairro Olho d'Água, Adilson de Jesus Góis, na prática de venda de entorpecentes.

Após informações ao WhatsApp denúncia da Senarc, foram deslocadas equipes até o bairro Olho d'Água para investigações e levantamentos sobre possível prática de tráfico de drogas.



A denúncia revelava que Adilson traficava entorpecentes no local onde realizava o comércio de camisas, bonecos e bandeiras

de clubes de futebol.

Após as investigações, foi constatada a veracidade do fato, e as equipes abordaram o suspeito no momento em que o mesmo fazia a venda dos entorpecentes.



Após algumas buscas, foram encontradas no local porções e trouxas de cocaína e crack, que estavam armazenadas dentro de alguns bonecos – cavalinhos, que eram comercializados e vendidos normalmente.

Após lavratura do alito de prisão em flagrante, Adilson foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.

ALTO TURIACU

Garimpo e madeireira fechadas

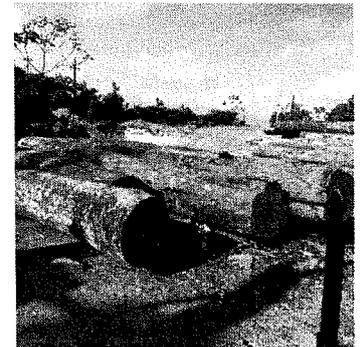
FOTOS: POLÍCIA FEDERAL



A OPERAÇÃO CONJUNTA ACONTECEU EM ÁREAS INDÍGENAS DA REGIÃO DO ALTO DO TURIACU

O 24º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), no contexto da Operação Verde Brasil, em conjunto com a Polícia Federal (PF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), com o objetivo de combater a extração ilegal de madeira e os garimpos ilegais.

Na abordagem realizada na região do "garimpo do Alex", a PF colheu provas testemunhais e materiais para instaurar inquérito de usuração de produtos minerais. O Ibama aplicou multas e embargou a área. No caso das abordagens em relação a extração de madeira, na região foram fechadas três serrarias, apreendidos dois caminhões, diversos equipamentos e cerca de 500 m³ de madeira (serrada e em toras).





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	9		

IMPERATRIZ

Cantor se apresenta com revólver 38 em show

Na cidade de Imperatriz, a Polícia Militar prendeu o vocalista de uma banda de forró, por porte ilegal de arma de fogo. A prisão do cantor aconteceu após uma denúncia anônima, enquanto se apresentava em uma casa de shows, no bairro Santa Rita, na cidade.

O cantor, cujo nome não foi divulgado, foi conduzido para o Plantão Central da Polícia Civil para os procedimentos cabíveis.

Em nota, a casa de shows negou envolvimento com o caso, ressaltando que: "a Estação Music vem a público esclarecer que o acontecimento que envolveu um cantor não está relacionado aos eventos realizados na programação normal do espaço".

Disse ainda que o espaço foi cedido para o aniversário de um dos colaboradores, o qual o cantor estava como convidado e não realizando show.

Itapecuru



Três pessoas foram presas em operações da Polícia Civil do Maranhão. Todos os casos foram na cidade de Itapecuru-Mirim. O primeiro foi uma prisão por abuso sexual, onde investigadores da Delegacia Regional da ci-



FOTOS: POLÍCIA CIVIL

REVÓLVER CALIBRE 38 FOI ENCONTRADO COM O CANTOR QUANDO ELE SE APRESENTAVA

dade cumpriram mandado de prisão definitiva contra Marcelino Alves Pedrosa, de 50 anos.

Ele teria estuprado uma menina de 13 anos, no ano de 2009. A vítima era sua própria enteada.

A Operação Policial foi realizada no bairro Torre. A Justiça condenou Marcelino em 8 anos e dois meses de cadeia. A segunda prisão foi contra um indivíduo conhecido como Júnior

Marinho, sendo suspeito pelo crime de maus-tratos contra animais, tendo em vista que cães, que estavam sob seus cuidados, foram encontrados abandonados, sem água e sem comida, nitidamente maltratados.

A última ação policial foi contra Lecomar dos Santos Silva, de 18 anos. O rapaz foi preso por porte de drogas. A polícia investiga o caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

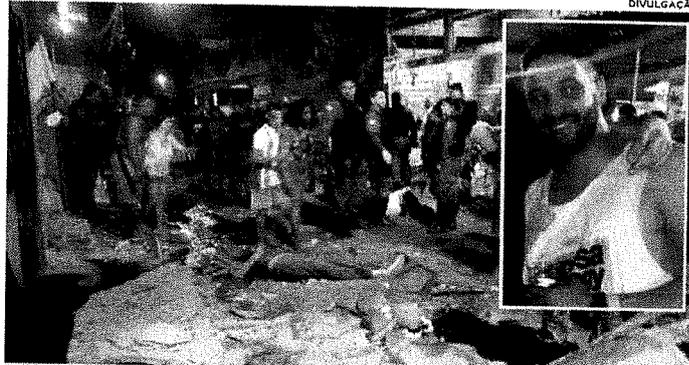
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	12

Justiça decreta prisão de motorista que matou quatro pessoas em acidente no Jaracati

AIDÉ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

Victor Yan Barros de Araújo, de 25 anos, motorista que voou com o carro da Avenida Carlos Cunha para a Rua Um, no bairro do Jaracati, e acabou matando quatro pessoas, na madrugada de domingo (8), teve a prisão preventiva decretada pela Justiça. Até o momento, ele segue internado no Hospital São Domingos, em São Luís, com escolta policial. O motorista irá responder por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Segundo os policiais militares relataram no boletim de ocorrência, ele apresentava sinais de embriaguez, mas se negou a fazer o teste de balômetro e exame de sangue. De acordo com informações da delegada Rosa Maria Nava, da Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT), duas vítimas foram ouvidas e já foram solicitadas as imagens do acidente. "Já estivemos no local, conversamos com algumas pessoas e entramos em contato com alguns familiares para que



Victor Yan (detalhe) teve prisão decretada por ter provocado acidente que resultou em quatro mortes

possamos dar continuidade a essas investigações", explicou. No veículo, diferente do que foi dito inicialmente, estavam, além do motorista, outras quatro pessoas, sendo dois homens e duas mulheres, conforme informações da delegada

Rosa Maria Nava. Um deles, identificado como Maurício André, morreu ainda no local. Morreram também a agente penitenciária Carla Correa Diniz, Tiana Naid Alves Correa e Henrique Martins Durans Neto. Continua internada na UTI do

Hospital Municipal Djalma Marques, o Socorro 1. Pedrolina Pereira; outra mulher, que não teve o nome e nem o estado de saúde divulgado, está internada no Hospital Clementino Moura, o Socorro 2.

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	12		

Uema Estudantes buscam informações sobre ações que suspenderam liminares de transferência

Um grupo de estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) do Campus Caxias esteve na sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), onde foram recebidos pelo procurador adjunto para assuntos judiciais, Oscar Medeiros. Em pauta, as ações do Estado, por meio da PGE, para derrubar as liminares que concediam transferências a estudantes de Medicina de outras faculdades para a Uema.

A comitiva, formada por estudantes aprovados pelo sistema de ingresso natural da universidade (PAES), estava em busca de informações sobre quais medidas o Estado tomou no caso. Coube ao procurador Oscar Medeiros explicar de que forma a PGE preparou o pedido de suspensão das liminares. Ele foi questionado sobre a eficácia da medida alcançada e sobre a possibilidade de reversão da decisão em vigência.

Mulher é morta durante latrocínio em Imperatriz

Edileusa Silva de Sousa, de 59 anos, foi assassinada dentro de casa, na noite de terça-feira (10), em Imperatriz. Segundo informações da Polícia Militar, ela levou um tiro no pescoço e morreu no local. Os homens chegaram invadindo a residência e anunciando o assalto. De acordo com os policiais, eles estavam vestidos com fardamento escolar. A vítima teria se negado a entregar o aparelho celular e acabou sendo alvejada por um deles. Após o crime, o corpo de Edileusa foi removido para o Instituto Médico Legal (IML). A polícia investiga o latrocínio, mas até agora ninguém foi preso. (AR)

Homem se mata após tentar assassinar a ex-companheira a golpes de martelo

Um homem, identificado como José Luis Saraiva Nunes, de 51 anos, se matou após tentar assassinar com vários golpes de martelo na cabeça, a ex-companheira Daniele Soares Sousa, de 28 anos. O crime ocorreu no povoado Coque, na cidade de Vitória do Mearim, na madrugada de ontem (11). De acordo com informações da Polícia Civil, ele usou uma corda para se enforcar depois de cometer

o crime. No local em que Daniele foi golpeada, muito sangue e massa encefálica foram encontrados. Há informações de que a vítima estava grávida e o crime teria sido motivado por ciúmes. Segundo testemunhas, o autor já havia dito que iria tentar matá-la e, em seguida, recorrer ao suicídio. Daniele está em estado grave e foi encaminhada ao Hospital Djalma Marques, o Socomão 1, em São Luís. (AR)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	12 / 09 / 2019	PÁG.	12		

Polícia prende trio por tráfico e apreende 15 quilos de drogas

Nessa quarta-feira (11), três pessoas foram presas em flagrante e quinze quilos de entorpecentes foram apreendidos durante operação da Polícia Civil, realizada nas cidades de Igarapé do Meio, São Luís e Paço do Lumiar. Elas foram identificadas como Duellinton Pereira Viano, David William Sales Braga e Shirley do Socorro Lobato Nobre. De acordo com o titular da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), delegado Breno Galdino, após investigações do Serviço de Inteligência, foi identificado um corredor de tráfico de drogas que vinha dos estados de Mato Grosso e Goiás, servindo de roteiro para abastecer São Luís. Com as informações, foi feita uma blitz na madrugada de ontem (11), na região da cidade de Igarapé do Meio, onde ocorreu a primeira prisão e apreensão de drogas. O primeiro capturado, Duellinton Pereira Viano, de 34 anos, natural da cidade de Cáceres, no estado



David William, Shirley do Socorro e Duellinton Pereira foram flagrados com drogas trazidas de Goiás e Mato Grosso

do Mato Grosso, estava com três quilos de pasta base de cocaína, enrolados na cintura. A polícia o localizou dentro de um ônibus que tinha como destino a capital maranhense. Em depoimento, ele disse que recebeu R\$ 3 mil para fazer o transporte da droga até a

rodoviária de São Luís. Após a informação repassada pelo suspeito, os policiais prenderam David William Sales Braga, de 23 anos, que faz serviço de motorista de aplicativo e teria sido contratado para levar a droga até o depósito onde iria ficar

guardada, localizado no Conjunto do Tambaú, em Paço do Lumiar. Segundo o delegado Breno, duas casas serviam de esconderijo para a droga. No local, estavam enfiados, no quintal dentro de um botijão, doze quilos de crack. As casas foram alugadas por Shirley do Socorro Lobato Nobre, de 33 anos, que foi presa ao sair de uma consulta na Maternidade Marly Sarney, no bairro da Cohab. Ela já possui passagens pelo crime de tráfico de drogas e é conhecida da polícia.

Conforme o delegado Danilo Venas, que integra a equipe do Senarc, ainda não é possível afirmar nesse primeiro momento se há ligações dos presos com facções criminosas.

Todos foram autuados por tráfico interestadual de drogas e associação ao tráfico. Após os procedimentos, eles foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da Justiça. (AIDÉ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)

Homem é flagrado vendendo drogas dentro de bonecos de times de futebol no Olho d'Água

A Polícia Civil prendeu em flagrante, no fim da tarde de terça-feira (10), Adilson de Jesus Góis, de 39 anos, que vendia drogas na rotatória do bairro do Olho d'Água, em São Luís. Segundo a Polícia Civil, parte da droga estava escondida dentro de cavalinhos de pelúcia, mascotes de times de futebol. O titular da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), delegado Breno Galdino, explicou que durante todo o dia policiais fizeram campanha no local para observar a rotina e fazer o flagrante. "Recebemos durante alguns dias denúncias por meio do nosso número de WhatsApp. Depois de acompanhar, os policiais fizeram a abordagem do suspeito que levou a equipe até o contêiner onde guardava todo material", disse. Além do entorpecente dentro dos bonecos, também foram achadas drogas no meio de roupas. O preso é natural da cidade de São Domingos, no estado do



Adilson de Jesus foi flagrado vendendo drogas dentro de cavalinhos de times de futebol

Sergipe; porém, já mora na capital maranhense e trabalha no local há mais de 18 anos vendendo, principalmente, camisetas e bandeiras de time. Em depoimento, ele afirmou que começou a venda de drogas recentemente, mas as denúncias, de acordo com a polícia, dizem que a prática é antiga.

"Vamos verificar se o patrimônio dele é compatível ou não com os produtos que ele vendia no retiro. Continuamos as investigações pra saber onde foi adquirida essa droga. Também pra saber se existem outras pessoas envolvidas e distribuindo em outros pontos sob a fachada de um negócio lícito", pontuou Galdino.

No total, a polícia apreendeu R\$ 2.800 em espécie, 50 gramas de crack e 100 gramas de cocaína. Juntas as drogas equivalem a cerca de R\$ 6 mil.

Adilson foi encaminhado à Seic, onde foi autuado por tráfico de drogas, em seguida, levado ao Centro de Triagem de Pedrinhas. (AR)